CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(CONAD)

ATA DA 9ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) – BIÊNIO 2024/2026, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NATAL – CONAD.

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco (19/08/2025), às 13h, na Sala de Reuniões do Prédio Sede do Instituto de Previdência dos Servidores de Natal – NATALPREV, sito à Avenida Floriano Peixoto, 336, Petrópolis, nesta Capital, foi realizada a chamada para a reunião, presentes, presencialmente, o Presidente deste CONAD, o Conselheiro Titular, Sr. BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS; o Secretário-Geral do CONAD, o Conselheiro Titular, Sr. THIAGO COSTA MARREIROS e o seu respectivo Suplente, Sr. IGOR THIERRY SILVA DONATO; a Conselheira Titular, Sra. MARIA RENEIDE SALDANHA DE FRANÇA, com a sua Conselheira Suplente, Sra. MARLENE SOUSA DE MOURA; o Conselheiro Titular, Sr. Sr. WALDENIR XAVIER DE OLIVEIRA e o seu Conselheiro Suplente, Sr. DANIEL SIQUEIRA LEVIS; o Conselheiro Titular, o Sr. LUCIANO GOMES CAVALVANTI; e, por fim, esta Secretária a*d hoc*, ANA ELIZABETH RODRIGUES FILGUEIRA. Participou, ainda, na qualidade de convidado, o Sr. DAVI CABRAL BARBOSA, acadêmico de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, estagiário do NATALPREV, no Setor de Investimentos, o qual foi convidado para realizar a apresentação dos resultados mensais dos investimentos do Instituto, bem como expor a minuta de alteração da Política de Investimentos. Inicialmente, antes do início dos trabalhos, o Secretário-Geral do CONAD, o Conselheiro Titular, Sr. THIAGO COSTA MARREIROS apresenta a nova Secretária ad hoc, ANA ELIZABETH RODRIGUES FILGUEIRA, designada nos termos do Art. 7º, § 3º, do Decreto Municipal nº 13.280/2024, em razão de sua nomeação por meio da PORTARIA Nº 3085/2025-A.P de 30 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial do Município – DOM, em 31 de julho de 2025.

Ultrapassada a questão preliminar e verificada a existência de quórum, eu, ANA ELIZABETH RODRIGUES FILGUEIRA, Secretária *ad hoc*, informei aos presentes, antes

de iniciarmos a deliberação dos demais assuntos constantes da pauta que fixou a ordem do dia. que os tópicos previamente definidos para a presente reunião seriam: (i) apresentação dos resultados mensais dos investimentos do Instituto; (ii) acompanhamento do Plano de Custeio do RPPS/NATAL; e (iii) apresentação do processo de cessão de bens em desuso no NATALPREV. O Conselheiro Suplente, Sr. IGOR THIERRY SILVA DONATO, esclarece que o relatório de investimentos, contendo os gráficos e dados consolidados, foi disponibilizado, de forma excepcional, no grupo institucional do CONAD, por meio do aplicativo WhatsApp.

Prosseguindo com os trabalhos, eu, ANA ELIZABETH RODRIGUES FILGUEIRA, informei aos presentes, antes de iniciarmos a deliberação dos demais assuntos constantes da pauta que fixou a ordem do dia, que seria trazido à apreciação, de logo, a assinatura da ATA DA 8ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) – BIÊNIO 2024/2026, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NATAL – CONAD, mediante leitura da referida. Assim sendo seguimos.

Surgindo, na ocasião, a necessidade de discussão de assunto extra pauta, relativa ao processo de eleição e nomeação dos conselheiros para o Conselho Fiscal do NATALPREV. Os representantes sindicais e os membros da Administração do Instituto debateram a ausência de regulamentação formal quanto ao formato da eleição, o que tem gerado interpretações divergentes da legislação vigente. As Leis Complementares nº 063/2005 e nº 110/2009 apenas estabelecem a necessidade de constituição do Conselho Fiscal, sem disciplinar o procedimento eleitoral, limitando-se a indicar que os representantes devem ser "eleitos por seus pares por meio dos sindicatos legalmente constituídos". Em razão disso, discutiu-se se a eleição deveria ser realizada de forma direta, com participação da base sindical, ou se caberia às direções das entidades a indicação dos nomes. O Presidente do NATALPREV, Conselheiro Titular Sr. THIAGO

COSTA MARREIROS, destacou que o Instituto não possui legitimidade para publicar edital ou organizar processo eleitoral, cabendo essa atribuição aos próprios sindicatos, nos termos do art. 13, § 3º, da LCM nº 110/2009, que prevê que a eleição deve ser conduzida pelos sindicatos e disciplinada em regulamento próprio. Foi ressaltada, ainda, a dificuldade histórica de convocação e representatividade das entidades sindicais, considerando-se que existem 12 sindicatos no âmbito municipal e que nem todos comparecem às convocações. Para assegurar legitimidade ao processo, entendeu-se necessária a participação da maior quantidade possível dessas entidades, sendo a responsabilidade do NATALPREV proceder à convocação de todas, não tendo, porém, como responder pelas entidades quanto à aceitação do convite e quanto ao comparecimento no processo de escolha, ressaltou o Presidente do NATALPREV, Conselheiro Titular Sr. THIAGO COSTA MARREIROS. Registrou-se que o Conselho Fiscal é composto por quatro membros titulares e quatro suplentes, sendo: um nomeado pelo Prefeito (podendo ser externo), um nomeado pelo Presidente da Câmara (dentre os servidores da Prefeitura, não havendo obrigatoriedade de ser efetivo ou segurado do RPPS-NATAL), um representante dos servidores ativos do Município e um representante dos servidores inativos, estes, porém, obrigatoriamente, segurados do RPPS-NATAL. Salientou-se que todos, titulares e suplentes, devem possuir nível superior em economia, contabilidade ou formação técnica/especialização em área contábil, financeira ou orçamentária pública, além de comprovado conhecimento previdenciário, que pode ser suprido por meio da certificação de conselheiro de RPPS. Os presentes reforçaram a urgência de regularizar a composição do Conselho Fiscal, considerando que o NATALPREV ainda não obteve o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP administrativo, mantendo-se desde 2012 com o CRP sendo obtido por força de decisão judicial, em razão de pendências que vêm sendo regularizadas ao longo do tempo, dentre elas a inexistência do CONFIS devidamente instituído e funcionando. Quanto à questão das pendências, informa-se que das dezesseis inicialmente apontadas, restam apenas quatro pendências, sendo a ausência de conselheiros fiscais certificados um dos pontos

críticos, cuja manutenção implicará nova sinalização negativa pelo Ministério da Previdência. Foram também levantados os riscos de judicialização do processo, em razão da "zona cinzenta" existente na definição legal e a ausência de uma entidade que congregue todos os sindicatos para conduzir de forma unificada o pleito. Destacou-se, nesse sentido, a necessidade de proatividade dos futuros conselheiros fiscais, capazes de marcar reuniões e atuar de forma incisiva, distinta do Conselho de Administração. Diante desse cenário, deliberou-se, **por unanimidade**, pela convocação de reunião com todos os presidentes dos sindicatos, designada para o dia 1º de setembro, às 10h, na sede do NATALPREV, ocasião em que deverão ser apresentados os nomes e respectivos currículos dos indicados que preencham os requisitos legais. Ficou assentado que, caso haja mais candidatos do que vagas, será realizada eleição direta no próprio encontro, com o resultado registrado em ata. Os membros presentes reconheceram que a solução aprovada, embora não elimine totalmente os riscos de questionamentos futuros, é a mais adequada para garantir legitimidade, acelerar a composição do Conselho Fiscal e assegurar o avanço no processo de obtenção do CRP administrativo.

Na sequência da pauta, o estagiário Davi apresentou ao Conselho de Administração do NATALPREV o relatório referente ao cenário econômico internacional, nacional e patrimonial do mês de julho de 2025. No tocante ao cenário internacional, Davi iniciou sua apresentação destacando o desempenho econômico dos Estados Unidos e da China. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed) manteve a taxa de juros no intervalo de 4,25% a 4,50% pela quinta reunião consecutiva, evidenciando uma postura conservadora no controle da inflação, que se manteve em 2,7% ao ano, superando a meta de 2%. O mercado de trabalho dos Estados Unidos apresentou um leve desaquecimento, com a taxa de desemprego passando de 4,1% para 4,2%. No entanto, os índices S&P 500 e NASDAQ-100 registraram altas de 2,67% e 2,4%, respectivamente, demonstrando um otimismo dos investidores, mesmo diante de desafios globais e tensões internas.

Davi ressaltou a intensificação da chamada "guerra tarifária" entre Brasil e Estados Unidos, com a imposição de tarifa de 50% sobre as exportações brasileiras, o que afetou especialmente o setor agroexportador. Essa medida tem gerado uma alta volatilidade no mercado brasileiro, com fuga de capital estrangeiro e impacto direto nas relações comerciais, já que os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil. Quanto à China, Davi destacou um crescimento de 5,2% no PIB no segundo trimestre de 2025, impulsionado pelo bom desempenho do setor industrial, que registrou 6,8% de aumento na produção em junho. O crescimento foi em grande parte impulsionado por setores de alta tecnologia, como veículos de nova energia e robôs industriais. As exportações chinesas cresceram 7,2%, superando as expectativas, mas o comércio bilateral com os Estados Unidos sofreu uma forte retração, com queda de 21,7% nas exportações chinesas para os EUA. Internamente, a China continua enfrentando desafios, com a deflação nos preços ao produtor persistindo por 33 meses consecutivos. O mercado imobiliário segue em crise, com os preços das novas casas em queda há 24 meses. Para lidar com esse cenário, o Banco Popular da China (PBoC) manteve sua taxa de referência (LPR) em 3,0%, sinalizando uma postura cautelosa. A taxa de desemprego se manteve estável em 5,0%, sugerindo uma estabilização relativa no mercado de trabalho. No cenário nacional, Davi reportou que o Banco Central projetou um crescimento do PIB de 2,2% para o Brasil em 2025, embora as dificuldades decorrentes do aumento das tarifas americanas afetem diretamente o setor agroexportador e a balança comercial do país. A inflação, medida pelo IPCA, registrou 0,26% em julho, acumulando 5,23% nos últimos 12 meses, ainda acima da meta estabelecida pelo governo. A taxa Selic foi mantida em 15,00% no período, com o objetivo de controlar a inflação e garantir a estabilidade econômica. No mercado de trabalho, o Brasil apresentou um desempenho positivo, com a taxa de desemprego recuando para 5,8% em junho, alcançando mínimo histórico. Esse resultado foi impulsionado pela geração de empregos formais, especialmente nos setores de serviços e construção civil, destacando uma recuperação gradual da economia brasileira. No que tange ao patrimônio do NATALPREV, foi informado que, no mês de

julho de 2025, o patrimônio consolidado atingiu o montante de R$ 1.308.908.015,92, representando um acréscimo de R$ 15.308.360,30 em relação ao mês anterior, o que corresponde a um crescimento de 1,18%. A rentabilidade do período foi de 0,64%, ligeiramente abaixo da meta mensal de 0,68%, mas o desempenho acumulado de 7,56% superou a meta anual de 6,32%. A composição da carteira de investimentos segue uma linha conservadora, com 94,47% dos ativos alocados em títulos de renda fixa, reforçando a postura de segurança patrimonial do NATALPREV. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.963, foi decidida a exclusão dos fundos multimercado, alinhando-se às diretrizes de segurança e robustez financeira estabelecidas pelo Comitê de Investimentos. Essa medida reflete uma estratégia de proteção do patrimônio e a redução dos riscos associados a investimentos mais voláteis.

Dando continuidade ao próximo ponto da pauta, Igor Thierry apresentou o acompanhamento do plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), detalhando os resultados financeiros e operacionais do mês de julho de 2025. O relatório iniciou com uma análise das receitas e despesas, onde se observou um total de R$ 26.811.952,97 em receitas, provenientes de diferentes fontes de recursos, incluindo os fundos FUNCAPRE (R$ 18.000.000,00), FUNFIPRE (R$ 5.000.000,00) e as taxas associadas. Quanto às despesas, o total registrado foi de R$ 25.371.549,87, refletindo os compromissos financeiros e as obrigações do RPPS, o que gerou um superávit no valor de R$ 1.379.492,73 no período. Esse superávit é um indicador positivo da eficiência do RPPS em equilibrar suas receitas e despesas. Em relação à arrecadação, o relatório evidenciou que o RPPS arrecadou um total de R$ 6.463.061,91, considerando tanto os parcelamentos ordinários quanto os especiais. Esse montante está relacionado aos acordos de parcelamento firmados com contribuintes que estavam em débito com o regime. Os parcelamentos especiais, que representam acordos para regularizar débitos de maior montante ou de longo prazo, totalizaram R$ 6.335.176,34, enquanto os parcelamentos ordinários, mais comuns e de menores valores, somaram R$ 127.885,57.

No que tange ao patrimônio, o RPPS manteve um valor de R$ 1.308.908.015,92 até o mês de julho de 2025. Esse valor reflete os ativos financeiros do regime, que incluem tanto os investimentos realizados quanto os recursos ainda disponíveis. A rentabilidade acumulada dos investimentos foi de 7,56% até aquele momento, o que indica um desempenho positivo e superior à média de rentabilidade de outros fundos semelhantes. A rentabilidade do mês de julho foi de 0,64%, que, embora seja um valor moderado, reflete o bom desempenho dos investimentos em um cenário econômico desafiador. Adicionalmente, Igor Thierry destacou os acordos firmados para regularização de débitos, que têm sido fundamentais para a recuperação de recursos e a manutenção da saúde financeira do RPPS. Foram mencionados os acordos firmados com o Poder Executivo e o Poder Legislativo, que, juntos, totalizaram R$ 6.335.176,34. Esses acordos são de grande importância, pois garantem a regularização das pendências e contribuem para o fluxo constante de recursos para o RPPS. Por fim, Igor Thierry ressaltou a contínua revisão dos fluxos de caixa e das fontes de recursos, com o objetivo de garantir que o RPPS mantenha seu equilíbrio financeiro a longo prazo. Ele enfatizou que, apesar dos desafios econômicos enfrentados pelo país, o plano de custeio tem se mostrado eficiente, sendo essencial para garantir o cumprimento das obrigações previdenciárias e a sustentabilidade do regime.

Passou-se à apreciação do processo de cessão de bens móveis em desuso. Sendo apresentada a proposta de dar continuidade ao processo administrativo de cessão não onerosa de cadeiras antigas, adquiridas à época da construção do prédio do NATALPREV. Ressaltou-se que, embora ainda em bom estado de conservação, tais cadeiras foram substituídas por modelos rotativos, haja vista que muitos servidores ainda se encontravam a trabalhar em cadeiras fixas ou avariadas. A Administração destacou que esses bens permanecem aptos para utilização e poderão atender a necessidades de outras secretarias municipais que enfrentam carências ou dificuldades financeiras. Ressaltou-se, ainda, que a cessão de bens do patrimônio do NATALPREV exige

autorização expressa do CONAD para sua regular tramitação administrativa. Após as devidas considerações, o Conselho aprovou **por unanimidade** a continuidade do processo de cessão não onerosa. Ficou consignada, ademais, a necessidade de que os relatórios passem a incluir, além do custo histórico, o valor depreciado dos bens, de forma a garantir maior clareza e precisão na documentação patrimonial.

Não havendo mais nada a tratar, eu, ANA ELIZABETH RODRIGUES FILGUEIRA, Secretária *ad hoc*, procedo ao encerramento da sessão ordinária deste CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NATAL – CONAD, razão pela qual lavro a presente ata, ficando acordado que a próxima reunião ocorrerá no dia 17 de setembro, às 15h, nas dependências do NATALPREV, ocasião em que a presente ata será assinada, como ato final da 9ª REUNIÃO (ORDINÁRIA) – BIÊNIO 2024/2026, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE NATAL – CONAD.

BRENNO OLIVEIRA QUEIROGA DE MORAIS
PRESIDENTE DO CONAD
CONSELHEIRO TITULAR

THIAGO COSTA MARREIROS
SECRETÁRIO-GERAL DO CONAD,
CONSELHEIRO TITULAR

MARLENE SOUSA DE MOURA
CONSELHEIRA SUPLENTE

LUCIANO GOMES CAVALVANTI
CONSELHEIRO TITULAR

MARIA RENEIDE SALDANHA DE FRANÇA
CONSELHEIRA TITULAR

IGOR THIERRY SILVA DONATOA
CONSELHEIRO SUPLENTE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(CONAD)

DANIEL SIQUEIRA LEVIS
CONSELHEIRO SUPLENTE

WALDENIR XAVIER DE OLIVEIRA
CONSELHEIRO TITULAR

ANA ELIZABETH RODRIGUES FILGUEIRA
SECRETÁRIA *ad hoc*